

Anexo 1

Regulamento de Atribuição da *Bolsas para “Estudos sobre Macau”*

Artigo 1.º

Objeto

O presente Regulamento define as regras de atribuição da *Bolsas para “Estudos sobre Macau”*, adiante designada por Bolsa.

Artigo 2.º

Âmbito

Podem candidatar-se à Bolsa os indivíduos que preencham, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- a) Ser um aluno dos cursos de mestrado ou de doutoramento;
- b) O tema da respetiva dissertação do curso tem que dizer respeito a “Estudos sobre Macau”.

Artigo 3.º

Montante da Bolsa

- 1. O montante anual das bolsas de mestrado é de MOP60,000 (sessenta mil patacas) e o montante anual das bolsas de doutoramento é de MOP100,000 (cem mil patacas).

2. Sem prejuízo dos montantes das bolsas previstos no número anterior, a Fundação Macau pode, a qualquer momento, por si própria ou sob proposta da instituição coorganizadora da Bolsa, e após a respetiva apreciação e aprovação, atualizar os montantes das bolsas.
3. A atualização prevista no número anterior não tem efeitos retroativos.

Artigo 4.º

Duração da Bolsa

A bolsa tem início no dia em que for aprovada pela Fundação Macau e o seu termo no dia 31 de agosto, correspondendo ao final do ano letivo a que respeita a bolsa concedida, podendo ser renovada nos termos do presente Regulamento.

Artigo 5.º

Concessão

1. As bolsas previstas no presente Regulamento são concedidas pela Fundação Macau.
2. As despesas e prestações devidas fora do âmbito das bolsas previstas no número anterior são suportadas pelo próprio bolseiro.

Artigo 6.º

Atribuição da Bolsa

1. As bolsas são atribuídas anualmente e o pagamento é feito numa única prestação.
2. O pagamento da bolsa é efectuado por transferência bancária para a conta indicada pelo bolseiro. Se esta conta for de um banco fora de Macau, as despesas bancárias associadas à transferência e à diferença cambial serão suportadas pelo próprio bolseiro.

Artigo 7.º

Apresentação de candidatura, número de bolsas e prazo de candidatura

1. As candidaturas à Bolsa devem ser apresentadas junto da instituição com quem a Fundação Macau celebrou o protocolo de cooperação para efeitos da sua atribuição.
2. Em cada ano letivo é atribuída 1 bolsa de mestrado e 1 bolsa de doutoramento, podendo, no entanto, este número ser alterado para 2 bolsas de mestrado ou 2 bolsas de doutoramento, conforme o número de candidaturas recebidas para cada ano letivo.
3. O prazo de candidatura será anunciado pela instituição coorganizadora da Bolsa.

Artigo 8.º

Candidatura

1. As candidaturas à Bolsa são feitas mediante a apresentação junto da instituição coorganizadora da Bolsa do boletim de candidatura devidamente preenchido e assinado, devendo os candidatos descarregar o boletim de candidatura no *website* da instituição coorganizadora da Bolsa.
2. Para além da documentação específica exigida no aviso de abertura do concurso e no boletim de candidatura, o processo de admissão dos candidatos à Bolsa deve integrar, ainda, a documentação requerida na alínea seguinte:
 - a) Documentos comprovativos de que o candidato reúne as condições exigidas para receber a bolsa requerida, nomeadamente os certificados de habilitações obtidos referentes a todos os graus académicos e onde conste a média final e as classificações em todas as disciplinas; no caso de o candidato não conseguir obter os certificados mencionados até ao termo do prazo de candidatura pode substituí-los por uma declaração, cujos termos e conteúdo são da sua inteira responsabilidade, devendo, contudo, no caso de vir a ser selecionado e lhe ser concedida a bolsa, entregar os certificados oficiais comprovativos, logo que os mesmos estejam disponíveis;

- b) Programa de estudo a desenvolver;
 - c) Curriculum vitae do candidato;
 - d) Declaração de responsabilidade do(s) respetivo(s) orientador(es) ou do responsável da equipa a que o candidato pertence para desenvolver o seu trabalho em que afirma(m) responsabilizar-se pelo acompanhamento do trabalho do candidato;
 - e) Curriculum Vitae resumido do(s) orientador(es) ou do responsável da equipa a que o candidato pertence e onde desenvolve o seu trabalho, devendo constar o número de telefone e endereço de correio eletrónico;
 - f) A instituição co-organizadora da Bolsa autoriza que o bolseiro desenvolva os trabalhos de estudos e investigação na instituição, que emite os documentos comprovativos sobre o fornecimento das condições necessárias para que o bolseiro possa efectuar os seus estudos e investigação;
 - g) Documento comprovativo de aceitação do candidato, emitido pela instituição coorganizadora da Bolsa, autorizando que o candidato aí frequente o respetivo curso;
 - h) Carta(s) de recomendação, caso o candidato assim entenda.
3. Devem ser sempre entregues os documentos originais referidos nas alíneas a), d), f), g) e h) do número anterior.
4. As candidaturas que observem o disposto nos números anteriores podem ser avaliadas.

Artigo 9.º

Seleção

1. A avaliação das candidaturas tem em conta o mérito das qualidades intrínsecas dos candidatos, os programas de estudo e as condições de acompanhamento, entre outros critérios fixados no respetivo aviso de abertura do concurso publicado pela instituição co-organizadora da Bolsa.

2. Compete à instituição coorganizadora da Bolsa efetuar a seleção e avaliação das candidaturas, ficando o resultado final da avaliação dos candidatos dependente da aprovação da Fundação Macau.

Artigo 10.º

Publicação do resultado

O resultado da seleção será notificado aos candidatos pela instituição coorganizadora da Bolsa, por escrito, no prazo de 30 dias a contar do dia seguinte da sua aprovação pela Fundação Macau e a lista dos candidatos selecionados será publicada, simultaneamente, nos *websites* da Fundação Macau e da instituição coorganizadora da Bolsa.

Artigo 11.º

Confirmação

Os candidatos selecionados devem, no prazo de 60 dias a contar do dia seguinte da publicação do resultado da seleção, confirmar a aceitação das bolsas concedidas e entregar à Fundação Macau os seguintes documentos devidamente assinados, sob pena de as bolsas serem canceladas automaticamente:

- a) Declaração de compromisso do reembolso dos montantes indevidamente recebidos;
- b) Documento bancário onde conste nome da instituição financeira, o nome do candidato selecionado e o número da conta;
- c) Autorização de utilização.

Artigo 12.º

Obrigações dos bolseiros

1. Os bolseiros obrigam-se a:

- a) Prestar todas as declarações e esclarecimentos com exatidão, conforme o exigido pela Fundação Macau ou pela instituição co-organizadora da Bolsa;
 - b) Dar conhecimento imediato de qualquer circunstância que possa prejudicar, direta ou indiretamente, o seu rendimento escolar;
 - c) Não alterar o programa de trabalho apresentado nem mudar de orientador sem o prévio consentimento escrito do(s) orientador(es) ou do responsável pelo acompanhamento do seu programa de trabalho, *inclusive*, da própria Fundação Macau;
 - d) Informar, logo que possível, a Fundação Macau e a instituição coorganizadora da Bolsa, da alteração de quaisquer dados de contacto ou da conta bancária;
 - e) Apresentar em formato eletrónico o certificado comprovativo da obtenção do respetivo grau académico, a dissertação ou a tese ou o relatório final de estudos com os documentos cuja utilização tenha sido autorizada, acompanhados de um parecer do(s) orientador(es) ou do responsável da respetiva entidade coorganizadora da Bolsa, no prazo de 365 dias a contar do término da Bolsa ou do termo da duração mínima do respetivo curso, de acordo com as informações ou documentos comprovativos fornecidos pela instituição co-organizadora da Bolsa, sendo utilizado o prazo mais favorável para o bolseiro;
 - f) Identificar que “os estudos foram financiados pela Fundação Macau”, no momento da sua utilização e divulgação.
2. O incumprimento das obrigações referidas no número anterior poderá implicar o cancelamento da bolsa concedida e o reembolso, parcial ou total, dos montantes atribuídos.
 3. O incumprimento das disposições relativas ao reembolso dos montantes referentes à bolsa atribuída implica o apuramento de todas as responsabilidades legais que ao caso couberem.
 4. Na impossibilidade do cumprimento do prazo indicado na alínea e) do n.º 1, o bolseiro deve requerer a prorrogação deste prazo, mediante pedido por escrito formulado com a antecedência mínima de 60 dias face ao seu termo, podendo a prorrogação ser requerida uma única vez e, com a devida autorização da Fundação Macau, o prazo ser prorrogado por um período não superior a um ano.

Artigo 13.º

Renovação

1. As bolsas concedidas só podem ser renovadas uma única vez.
2. O bolseiro deve apresentar o pedido de renovação da respetiva bolsa à instituição co-organizadora da Bolsa até 30 dias antes da data final do período da bolsa.
3. Na impossibilidade de fazer o pedido de renovação dentro do prazo indicado no número anterior, o bolseiro deve apresentar, dentro do mesmo prazo, uma justificação em que menciona os motivos e, com a devida autorização, o prazo poderá ser prorrogado até um mês após o termo do período da respetiva bolsa.
4. A entrega de uma justificação que menciona os motivos do atraso na apresentação do pedido de renovação fora do prazo referido no n.º 2 mas antes do termo do período da respetiva bolsa, implica a redução em 10% no valor da nova bolsa a atribuir.
5. O bolseiro deve juntar ao pedido de renovação da respetiva bolsa uma avaliação anual feita pelo(s) seu(s) orientador(es) e também pela instituição co-organizadora da Bolsa onde deve constar, designadamente, o cumprimento do programa de estudo já realizado pelo bolseiro e as justificações para a respetiva renovação, ficando o resultado da avaliação anual do bolseiro sujeito à apreciação e aprovação da Fundação Macau.
6. A renovação das bolsas só se torna efetiva após aprovação pela Fundação Macau.

Artigo 14.º

Cessação

1. As bolsas podem cessar quando ocorra uma das seguintes situações:
 - a) Os bolseiros prestem falsas declarações ou falsos dados;
 - b) A instituição coorganizadora da Bolsa proponha a cessação da bolsa;
 - c) Os bolseiros desistam da bolsa ou do respectivo curso.

2. A situação prevista na alínea a) do número anterior implica o reembolso imediato de todas as importâncias recebidas pelos bolseiros.
3. Nas situações previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1, os bolseiros devem entregar ao(s) orientador(es) ou à instituição co-organizadora da Bolsa, um relatório das atividades concluídas até àquela data e o(s) orientador(es) ou a instituição coorganizadora da Bolsa devem pronunciar-se sobre a obrigatoriedade ou não dos reembolsos das importâncias pagas, parcial ou total, cabendo a decisão final à Fundação Macau.

Artigo 15.º

Prazo de reembolso e cálculo do montante a reembolsar

1. O bolseiro deve reembolsar os montantes devidos no prazo máximo de “(n+2) anos”, sendo “n” o número de anos que o bolseiro beneficiou da respectiva bolsa.
2. A contagem do prazo para o reembolso inicia-se no dia seguinte ao da cessação da bolsa.
3. O valor anual do reembolso não pode ser inferior ao fixado pela Fundação Macau.

Artigo 16.º

Formas de reembolso

1. O montante devido é reembolsado em prestações anuais, não podendo o valor anual do reembolso ser inferior ao fixado pela Fundação Macau.
2. Caso o bolseiro se encontre desempregado ou com grandes dificuldades financeiras, de tal modo que impeça o pagamento do valor anual fixado para o reembolso, pode solicitar que o valor anual do reembolso seja temporariamente reduzido, não podendo tal circunstância afetar o prazo fixado para o reembolso, nem o valor total do reembolso.

3. O reembolso deve ser efetuado diretamente por transferência bancária para a conta indicada pela Fundação Macau.

Artigo 17.º

Suspensão de reembolsos

1. O reembolso pode ser suspenso, com a autorização prévia da Fundação Macau, quando ocorra uma das seguintes situações:
 - a) O bolseiro frequente um outro curso do mesmo nível;
 - b) O bolseiro frequente um curso de nível mais elevado ou um curso a tempo inteiro que lhe atribui um diploma ou certificado, ou um curso de formação ;
 - c) O bolseiro adoeça ou haja sofrido um acidente ou haja ocorrido um outro incidente que o impeça temporariamente de cumprir com as suas obrigações de reembolso.
2. Na situação prevista na alínea a) do número anterior, o período máximo para a suspensão do reembolso pode ir até à conclusão do respectivo curso, sendo obrigação do requerente a entrega anual do certificado de matrícula emitido pela instituição de ensino.
3. Na situação prevista na alínea b) do número 1, o prazo máximo para a suspensão do reembolso não pode exceder três anos e o bolseiro não pode voltar a apresentar um novo pedido com base nos mesmos motivos.
4. Na situação prevista na alínea c) do número 1, o prazo máximo para a suspensão dos reembolsos é definido pela Fundação Macau, de acordo com os documentos comprovativos apresentados.

Artigo 18.º

Utilização dos resultados dos estudos

1. Os bolseiros podem autorizar, a título não exclusivo mas gratuito, a Fundação Macau a utilizar, na íntegra, a respetiva dissertação ou tese do curso ou o relatório

final de estudo para apresentação, edição ou publicação na Internet, sem restrições quanto ao local, ao tempo, ao conteúdo e ao número de vezes de utilização.

2. Para os fins previstos no número anterior, os bolseiros devem entregar uma declaração de autorização à Fundação Macau, nos termos previstos na alínea c) do artigo 11.º do presente Regulamento.

Artigo 19.º

Interpretação e revisão do Regulamento

1. O poder de interpretação e de revisão do presente Regulamento pertence à Fundação Macau e à instituição coorganizadora da Bolsa.
2. Salvo disposição em contrário, qualquer revisão referida no número anterior não tem efeitos retroativos.
3. Os casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos por acordo entre a Fundação Macau e a instituição coorganizadora da Bolsa.